

Feminismos intergeracionais: construindo pontes a partir de práticas articulatórias entre diferentes sujeitos políticos do feminismo.

#### Mariana Azevedo de Andrade Ferreira

Instituto Papai/w Universidade Estadual de Campinas marianaazevedo2@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho apresenta as reflexões iniciais que sustentam pesquisa de doutorado que vem se desenvolvendo no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e se insere nos campos dos estudos sobre feminismos e sobre movimentos sociais e objetiva investigar como se constituem as práticas articulatórias e as diversas formas de inserção e estratégias de ação entre diferentes gerações de feministas na cidade do Recife. Tendo em vista os diferentes feminismos ativos simultaneamente e, ainda, privilegiando as linhas de continuidade entre as ondas ou gerações feministas, interessa compreender como se dão as práticas articulatórias entre os grupos feministas considerados institucionalizados e os coletivos e grupos que se autodenominam como autônomos. A questão da autonomia é um importante marcador de diferença no seio do movimento feminista e tem sido agenciada de diferentes maneiras, estabelecendo fronteiras contingentes entre "nós autônomas" e "elas sem autonomia". Atualmente, a autonomia vem sendo reivindicada por diversos grupos e coletivos como uma característica distintiva destes em relação aos grupos e organizações feministas institucionalizados que hegemonizaram o campo feminista nas últimas décadas. Para tanto, tomará como ponto de partida as relações estabelecidas entre o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e grupos ou coletivos feministas autonomistas surgidos a partir da primeira década dos anos 2000.

## Introdução

O presente trabalho apresenta algumas reflexões iniciais tecidas no bojo de minha pesquisa de doutorado¹ que tem o objetivo de compreender como se constituem práticas de articulação entre diferentes gerações de feministas na cidade de Recife. Compreendendo geração não apenas como uma diferença etária, mas também como uma distância que separa sujeitos a partir de sua identificação a um tipo particular de causa ou

movimento (GONÇALVES, 2016), tomo como ponto de partida a fronteira antagônica estabelecida pelo agenciamento das categorias *autônomas*<sup>2</sup> e *institucionalizadas* no seio do campo feminista contemporâneo para pensar como esta fronteira é borrada a partir da circulação de sujeitos, práticas e valores no campo.

Para tanto, parto de minhas vivências enquanto partícipe do campo feminista da

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Pesquisa de desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas para a qual conto com apoio do CNPq.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ao longo do texto, o uso do itálico denota expressões êmicas encontradas na literatura e nos campos feministas e que, portanto, não são tomadas como autoevidentes. São expressões engendradas no seio das disputas características do campo e que são problematizadas ao longo deste trabalho.

cidade de Recife e da bibliografia recente sobre o campo feminista brasileiro contemporâneo. Tais produções têm se dedicado especialmente à compreensão dos diversos aspectos que envolvem o surgimento na primeira década nos anos 2000 de diversas movimentações feministas que tem na Marcha das Vadias uma de suas expressões mais conhecidas.

O início da segunda década dos anos 2000 tem sido apontado como um novo marco para a história do feminismo brasileiro, provocando debates em torno da questão de se estaríamos vivendo uma terceira ou quarta onda feminista. Em 2015, a chamada "primavera das mulheres" ou "primavera feminista" estampou capas de jornais e revistas de grande circulação nacional. Outro marco importante que aponta para pungência do feminismo brasileiro antecede as movimentações de 2015. A realização desde 2011 de diversas edições da Marcha das Vadias em várias cidades do país significou para muitas pessoas, a um só tempo, a reocupação das pelo movimento ruas feminista e a renovação geracional do discurso e das práticas feministas. Neste cenário, o uso da internet como ferramenta de mobilização e propagação dos discursos feministas tem ganhado grande importância

O Fórum de Mulheres de Pernambuco, por sua vez, foi fundado em 1988 sendo um

feminista ator importante do campo pernambucano que congrega mulheres oriundas de ONGs, partidos, sindicatos, grupos populares, pesquisadoras e ainda mulheres que se autodenominam como independentes / autônomas. A fundação do FMPE aponta para as especificidades das trajetórias dos feminismos latino-americanos, que tiveram sua história marcada a partir dos anos 60 pela luta pela redemocratização dentro do contexto autoritário em que se encontrava a região (ALVAREZ, 1998). Naquele momento, o campo feminista se dividia entre os grupos ligados aos partidos de esquerda, ainda clandestinos, e os grupos autônomos. Entre estes últimos, surge em 1971 o grupo Ação Mulher, de onde saíram que fundariam três diversas mulheres importantes ONGs da cidade: o SOS Corpo<sup>3</sup> -Instituto Feminista Pela Democracia, a Casa da Mulher do Nordeste<sup>4</sup> e o Centro das Mulheres do Cabo<sup>5</sup>. Em 1988, após a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>O SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A Casa da Mulher do Nordeste é uma ONG feminista localizada em Recife. Fundada em 1980, sua missão é fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a aagroecologia com base no feminismo e na igualdade racial.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> O Centro das Mulheres do Cabo é uma organização feminista, fundada em 1984 e constituída como

realização do IX Encontro Nacional Feminista na cidade de Garanhuns, localizada no agreste pernambucano, uma das integrantes do SOS Corpo e uma mulher oriunda do campo popular decidem fundar o Fórum de Mulheres de Pernambuco, com o intuito de que este fosse um espaço de articulação do movimento feminista na cidade. (BONETTI, 2007)

Tendo em vista o destacado papel da cidade de Recife para o movimento feminista da região, Aline Bonetti (2007) caracterizou a cidade como "a meca do feminismo do nordeste", sendo o FMPE, sua expressão mais bem acabada. No momento de sua pesquisa, o FMPE congregava mais de 60 grupos e organizações, algumas dotadas de grande prestígio nacional e internacional. Segundo as interlocutoras de Bonetti, a pungência do ativismo político da capital pernambucana se deve, dentre outras coisas, aos grandes investimentos de agências financiadoras internacionais nas décadas de 1980 e 1990, que permitiram a fundação de diversas organizações não governamentais dotadas de um corpo de profissionais qualificados e com alta capacidade de articulação política.

Transcorridos 35 anos, atualmente o Fórum realiza reuniões regulares e possui uma coordenação estadual composta por representações de cada uma das cinco regiões geopolíticas de Pernambuco e que é eleita a

entidade privada sem fins econômicos, organizada como associação de mulheres.

cada dois anos. O FMPE, além de se organizar localmente, integra a Articulação de Mulheres Brasileiras<sup>6</sup> e a Articulação Feminista Marcosul<sup>7</sup>.

Como podemos ver, a criação do FMPE se confunde com própria a história da constituição do campo das organizações não governamentais e que até hoje possuem um papel importante neste espaço. A minha participação no Fórum de Mulheres também se confunde com a minha história no campo das ONG's. Comecei a participar das reuniões e ações promovidas do FMPE em 2005, quando passei também a integrar a equipe da ONG Instituto Papai<sup>8</sup> como estagiária. momento, a representação da Naquele organização no Fórum era feita pela coordenadora do projeto ao qual eu estava ligada, que me convidou para ir às reuniões ordinárias que aconteciam quinzenalmente na sede do SOS Corpo. A partir de então, com 20

6

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi fundada em 1994 durante o processo de mobilização dos movimentos de mulheres brasileira para a participação na IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Reúne mulheres que atuam em nome próprio ou através da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A Articulação Feminista Marcosul (AFM) foi fundada em 2000 e se define como uma corrente de pensamento e ação feminista que tem o objetivo de desenvolver um campo feminista a nível regional e global.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> O Instituto Papai foi fundado em 1997 e é uma organização não governamental feminista sediada em Recife cuja missão é promover cidadania com justiça social atuando prioritariamente com homens e sobre masculinidades, contra todas as expressões do machismo.



anos de idade e tendo um contato ainda muito recente com o feminismo, passei a frequentar as mais diversas atividades nas quais estavam presentes em sua maioria, mulheres bem mais velhas do que eu, algumas das quais tinham fundado o Fórum e diversas das organizações e grupos ali representados.

Não sendo possível nem o objetivo deste trabalho aprofundar as reflexões sobre as tensões geracionais que perfazem o Fórum e também minha trajetória neste espaço, compreendo que minha posição no campo, fazendo parte de uma geração como intermediária entre as fundadoras do Fórum e as mulheres jovens que tem protagonizado a chamada "primavera feminista" me situam em uma posição privilegiada para observar as relações intergeracionais no campo feminista contemporâneo. **Apesar** de atualmente continuar integrando a equipe do Instituto Papai e o FMPE, espaços nos quais aprendi o fazer feminista e que me identificam no campo, minha posição geracional enquanto jovem<sup>9</sup> também me possibilitou ter um contato mais próximo com algumas experiências recentes dos feminismos. Em

institucionalidades e autonomias.

# O campo feminista contemporâneo entre disputas e categorias acusatórias

certa medida, eu mesma me encontro entre

Concebidos como campos discursivos de ação nos quais se articulam diferentes expressões organizativas, os feminismos contemporâneos estariam marcados por um fluxo horizontal de seus discursos, resultando na multiplicação de campos feministas. (ÁLVAREZ, 2014) história feminismos é usualmente descrita em termos de ondas ou gerações. Tal forma de contar essa história enfatiza as marcas distintivas de cada geração, dando maior relevo às descontinuidades do que às linhas continuidade entre as mesmas, como se cada onda substituísse inteiramente a anterior. Por outro lado, essa forma de contar a história do feminismo obscurece a diversidade interna existente em cada uma dessas ondas (HEMMINGNS, 2009). Assim, se necessário investir esforços na elaboração de uma crítica a essa narrativa hegemônica sobre a história do feminismo, realçando que este sempre foi um movimento descentralizado, constituído por diversos grupos de mulheres com variadas experiências de vida. Apesar de compartilhar de tais críticas, recuperar como tem sido contada sua história nos ajuda a

www.redor2018.sinteseeventos.com.br

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A identificação enquanto jovem no campo, é por certo, situacional. Apesar de minha idade (hoje, 34 anos) não necessariamente me fazer uma jovem, a distância etária e minha trajetória em relação às fundadoras do Fórum me colocam muito mais próximas em termos geracionais, às mulheres com cerca de 20 anos, muitas delas, presentes hoje no Fórum, do que as com idade entre 40 e 50 anos ou mais.

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero
situar a questão que orienta o presente
trabalho.

No Brasil, os anos 60 e 70 são concebidos como um momento de unidade e força no qual o feminismo é pensando no singular. É o momento fundante da chamada segunda onda feminista e que Alvarez (2014) caracteriza como de centramento do campo. Apesar das importantes e amplamente relatadas disputas entre feministas autônomas e as mulheres de partido (CORRÊA, 2001; COSTA, 1988; 2009; RAGO, 2003; SARTRI, 2004; TELES, 1993; PEDRO, 2006;) a existência de um "inimigo comum", a ditadura civil-militar, engendra a ideia de uma grande unidade feminista que se sobrepõe a tais disputas internas. Este também é tido como um momento de grande movimentação e mobilização.

O fim da ditadura civil-militar na década de 1980 inaugura um novo momento que marca o início do processo de *institucionalização* do movimento feminista e também de defesa dos direitos da "população LGBT"<sup>10</sup>, bem como um primeiro momento de maior visibilidade dos debates e disputas em torno do(s) sujeito(s) político(s) do feminismo (MARIANO, 2005). Ainda

<sup>10</sup>Segundo Facchini (2009; 2008; 2005) tem discutido, noções como a de "comunidade LGBT" sugerem "comunidades imaginadas" (ANDERSON, 2008). Afirmar a existência de uma "comunidade" atua na própria formação da noção de comunidade e participa da presunção de uma coesão de sujeitos em volta de certa identidade.

segundo Sônia Álvarez (2014), este é o momento do descentramento e pluralização dos feminismos, bem como do *mainstreaming* do gênero.

O que se chama de *institucionalização* do movimento feminista diz respeito à fundação de diversas organizações não governamentais que a partir de então começaram a contar com financiamento de agências, sobretudo internacionais, para a realização de ações voltadas à população e também às práticas de Estado, atravessando o processo de redemocratização. Tal período também será chamado de fase de "onguização do feminismo" (ALVAREZ, 2014).

A intensificação das relações de alguns grupos e organizações junto aos processos de estado tem sido agenciada no bojo das disputas internas do campo feminista contemporâneo e faz parte do que tem sido chamado de *institucionalização*. A partir da década de 1990, com a criação de diversas secretarias de políticas para as mulheres em todo o território nacional, muitas feministas integrantes das setoriais de mulheres de partidos, sindicatos e, em menor medida, de organizações não governamentais, assumiram cargos nas gestões municipais, estaduais e federal.

Uma outro aspecto relevante da participação dos movimentos feministas junto aos processos de estado diz respeito ao



incremento, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República início dos anos 2000, de diversos mecanismos de participação popular no controle social de políticas públicas tais como, Conselhos de Direitos e Conferências nos níveis municipal, estadual e federal. Com efeito, parte significativa do movimento feminista (sobretudo as ONG) se mobilizou amplamente em torno desses processos de estado. No plano internacional, o ciclo das Conferências Mundial da Mulher (Beijing 1995) e sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994) da ONU fez com que as atoras mais visíveis do movimento naquele voltassem à negociações momento se importantes no âmbito de mecanismos intergovernamentais (ALVAREZ, 2014).

Apesar da caracterização das décadas de 1980 a 2010 como um momento de crescente institucionalização, nota-se que mesmo em tal período o campo feminista não se resume a essas expressões. Como dito anteriormente, os feminismos sempre foram diversos em sua composição, formas de organização e expressão. Exemplo disso é o surgimento na década de 1990 da cena musical riot grrrl ou do feminismo das minas do rock, que, incorporando elementos dos movimentos anarco punk feminista, reivindica uma forma de fazer feminismo que se constitui muitas vezes em oposição às práticas do chamado *feminismo institucionalizado* (ALVAREZ, 2014: FACCHINI, 2011; ZANETTI e SOUZA, 2008; CAMARGO, 2011).

Se até o início dos anos 2000 as organizações não governamentais foram as atoras mais visíveis e prestigiadas do campo feminista, (ALVAREZ, 2014) o espraiamento deste campo discursivo de ação trouxe para seu centro novas expressões organizativas pautadas nos valores da horizontalidade e autonomia. Compõem este cenário a já mencionada Marcha das Vadias, os Rolês feministas<sup>11</sup> etnografados recentemente por Íris do Carmo (2018), os encontros do feminismo autonomista brasileiros e latinoamericanos do qual trata Laura Martello (2015) e ainda uma diversidade de grupos que eu vi surgir na cidade de Recife nos últimos anos e que foram objeto da dissertação de mestrado de Cecília Cuentro (2017).

Se nas décadas de 1980 e 1990 o processo de redemocratização aliado ao fomento de agências internacionais foi fundamental para a constituição do campo feminista brasileiro, contemporaneamente, a popularização do acesso à internet e o consequente fenômeno das redes sociais

<sup>11</sup> De acordo com Íris do Carmo (2018) o rolê feminista é a forma como se auto refere uma rede informal de ativistas jovens cujas relações são orientadas por ideário mais amplo associado à *autonomia* e

horizontalidade.

XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero
somado a ampliação do acesso ao ensino

superior no Brasil, nos ajudam a compreender a reconfiguração do campo feminista. A internet foi o principal meio de mobilização dos grandes atos ocorridos em todo o país em outubro e novembro de 2015 pedindo a saída então Presidente da Câmara Deputados, Eduardo Cunha, do cargo. A tais movimentações nas ruas somaram-se diversas campanhas nas redes sociais. como #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto, que buscavam denunciar as differentes expressões do machismo na vida cotidiana das mulheres tiveram e que grande repercussão dentro e fora das redes. As diversas edições da Marcha das Vadias que vem ocorrendo em todo o Brasil desde 2011 também foram convocadas pelas redes. A ampliação do acesso ao ensino superior tem vez, impactado de maneira sua significativa na popularização de conceitos e teorias e influenciado a construção de gramáticas e processos de hifenização dos sujeitos políticos dos feminismos. (CARMO, 2018)

Como aponta Alvarez (2014), a autonomia é um valor importante e um discurso articulador do campo feminista que cristaliza divergências e convergências em torno de pautas de reivindicação e práticas políticas dos diferentes sujeitos políticos do feminismo. Como mencionado anteriormente,

já nas décadas de 1960 e 1970, em um contexto de resistência à ditadura civil-militar, um importante conflito constitutivo do campo feminista se deu entre as feministas autônomas e as mulheres de partido. As primeiras, ao reivindicar autonomia frente aos partidos políticos, bem como o foco nas "específicas questões das mulheres", estabeleciam uma fronteira antagônica dentro do campo feminista que instituía as mulheres de partido como aquelas "sem autonomia" e priorizavam a "luta geral" democracia. Ao mesmo tempo, as feministas antagonizadas autônomas eram como divisionistas da luta geral e preocupadas com questões menores, de cunho psicológico, pelos partidos de esquerda (PEDRO, 2006).

Como nos conta Sonia Alvarez (2014), ironicamente, as feministas *autônomas* dos anos 1960 e 1970 e que hegemonizaram o campo feminista brasileiro nas décadas seguintes com a fundação de organizações e ocupando lugares destacados na arena pública nacional e internacional são agora acusadas por uma nova corrente autonomista que de serem *institucionalizadas*, "Por terem, de forma ostensiva, "traído o feminismo" e "se vendido" às forças nefastas do patriarcado neoliberal global" (ALVAREZ, 2014, p.29)

Atualmente, a autonomia vem sendo reivindicada por diversos grupos e coletivos como uma característica distintiva destes em



relação aos grupos e organizações feministas institucionalizados que, como vimos, hegemonizaram o campo feminista nas últimas décadas. Nessa acepção, o sentido de está ligado à ideia autonomia de horizontalidade, à prática do faça você em relação agências mesma. às financiamento e às instâncias institucionais de representação política.

Assim, a horizontalidade, a prática do faça você mesma e a negação de qualquer relação com os aparatos estatais e partidos políticos emergem como valores importantes Α neste campo autonomista. alcunha institucionalizada/o, por sua vez, é agenciada como categoria acusatória por parte dos grupos e coletivos que se reivindicam autônomos. Não raramente, termo institucionalizado é qualificado ou tido como sinônimo de cooptado, hierárquico hegemônico (GOMES, 2018; LIMA, 2018; CARMO, 2018)

Este processo de diferenciação se faz presente também entre grupos e coletivos que tem se articulado em torno da temática de gênero e sexualidade. Como demonstra Stephanie Lima, (2018) ao tratar das disputas a partir das quais se constituíram as diversas edições do ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual),

Assim, ao longo da construção do Encontro, "não institucionalizado"

serviu também como modo de distinção, por meio da crítica ao diálogo que o movimento LGBT estabelece com o governo. Esse posicionamento, que passa a ocorrer dentro dos Encontros, proveniente de grupos e coletivos que o compõem, faz parte de uma estratégia de acusação que aparece também em outros como próprio espaços, o movimento LGBT. (LIMA, 2018, p.22)

Como esperado, das apesar institucionalizadas também reivindicarem próprias autonomia tecerem suas considerações sobre este valor tão importante no campo, elas igualmente forjam acusações às práticas e formas organizativas do campo autonomista. Uma das interlocutoras de Carla Gomes (2018) integrante de uma ONG carioca, considera a abordagem Marcha das Vadias como insuficiente para a promoção de uma verdadeira transformação social. Na mesma direção, Mariana, que tendo participado de duas edições do ENUDS e que também é militante de organizações e partidos de esquerda e que foi entrevistada por Stephanie Lima em sua pesquisa de mestrado (LIMA, 2018) critica o Encontro pela ausência de construção de uma agenda política comum que segundo ela, faz com que o Encontro não interfira verdadeiramente na realidade que almeja transformar.



classificação de pessoas e grupos como institucionalizado é contingente, dependendo as relações que são estabelecidas em situações específicas, sendo possível inclusive, falar em diferentes graus de institucionalização.

As disputas entre institucionalizadas e autônomas, por certo, não é a única disputa engendrada pelas diferentes concepções do que seja autonomia. A polêmica em torno da questão da prostituição, por exemplo, desenrola-se em parte em torno do debate sobre autonomia, dessa vez antagonizada com a ideia de vítima ou às práticas de vitimização das trabalhadoras do sexo (PISCITELLI, 2012; PISCITELLI e LOWENKRON, 2015). Em suma, posições abolicionistas investem seus esforços na construção das trabalhadoras do sexo enquanto desprovidas de autonomia, vítimas uma grave situação vulnerabilidade perante a qual não tinham escolha. De maneira oposta, posições que advogam pela necessidade de regulamentação do trabalho sexual, enxergam-no como uma possibilidade de agência das mulheres que escolhem o trabalho sexual como uma maneira viável de levar suas vidas frente a alternativas consideradas mais degradantes pelas mesmas.

Tendo em vista os diferentes feminismos ativos simultaneamente e ainda privilegiando as linhas de continuidade entre as ondas ou gerações feministas, interessa neste momento apontar para as diversas formas de espraiamento entre os campos institucionalizado e autônomo consequente borramento da fronteira antagônica que estabelece de maneira contingente os diferentes sujeitos políticos do feminismo.

### Entre autonomias e institucionalidades

A flagrante diferença na participação do Fórum de Mulheres de Pernambuco na primeira (2011) e última (2017) edição da Marcha das Vadias de Recife aponta tanto para a circulação de grupos como também de práticas entre os campos *institucionalizados* e *autônomos*.

Na primeira edição da Marcha das Vadias em Recife no ano de 2011 fui para a Marcha com algumas amigas. Chegando lá, procurei com o olhar as companheiras do Fórum de Mulheres de Pernambuco e identifiquei bem poucas. Naquela época não estava frequentando as reuniões do Fórum e não sabia se havia alguma resolução coletiva de não estar presente na Marcha. O fato é que não estavam. Esta minha primeira memória na Marcha das Vadias contrasta com o que vivi em sua última edição em 2017. Agora o Fórum de Mulheres de Pernambuco estava presente com a sua batucada feminista quase completa. Em 2011, o Fórum sequer tinha alguma ideia sobre batucada feminista.

www.redor2018.sinteseeventos.com.br

Voltando à 2017. No dia da Marcha das Vadias eu tinha ficado responsável de levar uma caixa de som com rodinhas para que uma das integrantes cantasse as músicas ao microfone. Também tínhamos preparado livretos com as letras das músicas para serem distribuídos entre as participantes da Marcha. Por outro lado, as organizadoras da Marcha garantiram recursos para pagar o transporte dos instrumentos e o fornecimento de água para as integrantes da batucada durante o ato.

Uma outra situação que vai no mesmo sentido é relatada por Carla Gomes (2018) quando da sua primeira participação em uma reunião da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. No momento da apresentação das participantes uma das fundadoras da Marcha apresenta afirmando ser também é integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras, mas que "Quando eu sou vadia, eu sou vadia!" (GOMES, 2018; p.59) Ou seja, integrante de uma das grandes uma articulações do movimento feminista brasileiro surgida em 1994 para disputar os da IV processos políticos Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Beijing pela ONU (Articulação Mulheres de Brasileiras. 2018) estava também impulsionando a articulação de um movimento autonomista.

Como já mencionado, talvez a principal característica do momento de

institucionalização foi a fundação de diversas organizações governamentais mas também grupos de pesquisa em gênero e feminismo nas universidades brasileira em grande parte, financiados por agências de fomento internacionais como a Fundação Ford. (F E ALVAREZ, 2014) Uma das interlocutoras de Sônia Alvarez (2014) mulher jovem e integrante do campo autonomista demarca sua posição no campo afirmando que não recebe nenhum 'dinheiro da Fundação Ford' para fazer ativismo (ALVAREZ, 2014, p.23). Íris do Carmo (2018) relata uma contundente crítica de uma importante feminista durante um evento sobre a história do movimento que avaliou os anos 90 e sua onguização como uma década perdida para o feminismo. Segundo ela, o aporte de recursos nas organizações aprofundou desigualdades entre mulheres e elitizou o movimento. Do Carmo nos conta ainda que apesar de a maioria dos eventos do Rolê feminista acontecerem em espaços públicos como parques e praças, não era incomum também que algumas das atividades que compunham o Rolê fossem realizadas em espaços cedidos por ONG's, revelando relações de colaboração e aliança entre autônomas e institucionalizadas.

A despeito de tais críticas não é difícil encontramos exemplos em que ONG's e grupos autonomistas estabelecem alianças ou mesmo se confundem, como é o caso da



presença de uma integrante da AMB na organização da Marcha da Vadias mencionado no início desta sessão. O caso da relação entre a Marcha das Vadias do Cariri, Ceará, é revelador de como a fronteira entre expressões *autonomistas* e *institucionalizada*s são bem mais tênues do que podem parecer à primeira vista.

Como nos conta Suamy Soares (2017) o boom criado pela primeira edição da Marcha das Vadias em 2011 também chegou no sertão cearense, tendo suas primeiras edições acontecido na região no ano de 2012. A região do Cariri é composta por três cidades: Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato. No ano de 2012 aconteceram duas Marchas das Vadias na região, uma na cidade de Barbalha e outra em Juazeiro. A Marcha de diferente Juazeiro, do espontaneísmo característico da Marcha das Vadias, geralmente as Marchas são convocadas por uma pessoa através da criação de um evento no facebook, ao que se sucedem as reuniões de organização presenciais - foi construída a partir da realização de plenárias e reuniões com representantes dos diversos movimentos sociais. Contou com a realização de diversas atividades preparatórias e a presença de militantes feministas "históricas" da região. No ano de 2013 a organização da Marcha seguiu esses mesmos moldes. Entretanto, durante as reuniões de avaliação surgiram

diversas críticas ao que se chamou de limitações do espontaneísmo e discurso da Marcha. Naquela ocasião, ainda segundo Soares (2017), foram mobilizadas algumas das críticas já apresentadas neste texto em relação aos movimentos autonomistas, como sua pouca efetividade para a transformação "real" da sociedade bem como as limitações do alcance da identificação das mulheres com o termo vadia. Tais avaliações culminara com a decisão de não mais realizar a Marcha e em seu lugar fundar a Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri.

Definindo-se como uma Frente feminista, anticapitalista, racista e anti-lesbo-homo-bitransfóbica, suprapartidária laica. Nesse sentido, corporificase enquanto um espaço feminista de articulação, organização e formação em defesa dos direitos das mulheres que aglutina um conjunto de movimentos sociais, coletivos, entidades, associações, partidos políticos e sujeitos sem atrelamento institucional em torno da missão de "articular fortalecer os movimentos pelos direitos das mulheres e combate opressões; fomentar surgimento de novos movimentos; propor e cobrar efetivação de políticas públicas" (SOARES, 2017, p.7).

No caso da Marcha que se tornou Frente no Cariri, percebe-se por um lado, movimentos *institucionalizados* aderindo e



promovendo, ainda que por um curto espaço de tempo e com suas particularidades, um tipo de manifestação caracterizada como autonimista, que por sua vez se configurou como o impulso mobilizador que permitiu dar corpo a um formato de Frente, que sendo integrantes composta por de outros movimentos sociais conservam sua preocupação e voltam suas ações aos processos de estado.

A treta que gerou um racha durante a edição de 2014 da Marcha das Vadias de Porto Alegre, relatada por Daniela Aglio e Paula Sandrine Machado (2017), aponta para as disputas em torno das diferentes estratégias de ação que tem caracterizado os feminismos autonomistas e institucionalizados. Dentre as diversas tretas que antecederam a realização da Marcha, a que pareceu ser decisiva para o racha se deu em torno de qual seria o percurso mais adequado naquele ano. Durante as reuniões de organização, parte do grupo já discordava que o ato deveria seguir para a porta da delegacia da mulher. No dia da manifestação, a marcha rachou, tendo uma parte do grupo seguido para a delegacia e o outro para a região central da cidade onde haviam diversos bares em que houveram ações diretas de escracho direcionados aqueles espaços considerados machistas e homofóbico.

É consenso que uma das características que distingue as movimentações autonomistas é sua ação direta voltada às transformações culturais e subjetivas. Este foco emerge contraposição à ação voltada a reivindicação de políticas públicas e de participação nos processos de estado que como vimos, caracterizou a atuação dos movimentos feministas nas décadas passadas. Entretanto, o racha na Marcha gaúcha nos mostra que mesmo uma expressão reconhecidamente autonomista como a Marcha das Vadias, se não conserva, coloca em disputa estratégias de atuação já consagradas no repertório das movimentações feministas.

Diferentes regimes de visibilidade também compõem, ainda que de maneira distinta, das edições do 08 de março de São Paulo nos anos de 2014 e 2015 acompanhados por Íris do Carmo (2018) e que eu também vivi em Recife. As manifestações do dia internacional da mulher fazem parte do chamado "calendário feminista tradicional" que conta ainda com outras datas importantes como o 28 de setembro, dia latino-americano e caribenho de luta pela legalização do aborto e o dia internacional de luta pelo fim da violência contra a mulher em 25 novembro. Esta "tradição" contrasta por exemplo, com a flexibilidade da Marcha das Vadias, que não possui uma data fixa para

acontecer, dependendo para sua realização da disponibilidade e condições dos agrupamentos locais. As manifestações do calendário feminista são amplamente criticadas pelos grupos autonomistas, seja por sua caretice, expressa na presença de carros de som com pessoas discursando, ou mesmo por seu esvaziamento devido à falta de capacidade de mobilização das "feministas históricas" (CUENTRO, 2017). A crítica à política institucionalizada se traduz também no repúdio à presença de bandeiras de partidos políticos nas manifestações por parte das autonomistas. Estas e outras divergências culminaram na realização de dois atos aconteceu (um das autônomas e o outro das institucionalizadas) durante o 08 de março acompanhado por Carla Gomes (2018) em seu trabalho de campo no Rio de Janeiro.

Diversamente, Íris do Carmo (2018) relata uma passeata do 08 de março paulista em que se encontravam diversas expressões dos feminismos configurando uma verdadeira polifonia. Um carro de som com uma deputada discursando e pedindo bênçãos à Deus convivia com performances no qual mulheres estavam banhadas em sangue para protestar contra a criminalização do aborto. Bandeiras de partidos políticos dividiam espaço com anarcofeministas que empunhavam seus cartazes feitos ali mesmo, no asfalto da avenida Paulista. Faziam parte

ainda do ato carros de som de grande centrais sindicais e coletivos de cicloativistas e de luta pela moradia (CARMO, 2018). Guardadas as devidas proporções, as últimas edições do 08 de março que acompanhei e ajudei a organizar em Recife também apontam para a convivência de diversas expressões ou como elabora Carla Gomes (2018) *frames* em um mesmo espaço.

Segundo das autora, uma caraterísticas dos movimentos sociais é a produção de enquadramentos (ou frames) que tem a capacidade de apresentar de maneira simples problemas ou questões que devem ser resolvidas. Os enquadramentos não são fixos, podendo ser reelaborados a partir de um processo reflexivo. Ainda de acordo com Gomes (2018) os enquadramentos expressam as disputas entre esquemas interpretativos concorrentes que definem soluções e formas de ação próprios. Uma das características mais marcantes da Marcha das Vadias seria por exemplo, a construção de um frame transgressor em contraposição ao frame vitimário que predominou nas manifestações feminsitas contra o estupro e a violência contra a mulher em décadas anteriores. A transgressão presente na Marcha das Vadias é encorporada pelo corpo-bandeira (GOMES; SORJ, 2014) a partir do uso de inscrições como vadia, puta, vadia livre com batom vermelho ou tinta nos corpos, uso de roupas



transgredindo portanto, a imagem de mulher respeitável.

Tal enquadramento contrasta profundamente com as vigílias pelo fim da violência contra a mulher promovidas pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco e das quais participei no início dos anos 2000. As vigílias consistiam em uma caminhada em silêncio pelas ruas de Recife no qual parte das pessoas empunhavam placas de madeira no formato do símbolo do feminino no qual constavam o nome e idade das mulheres assassinadas. Outras participantes levavam velas acesas. distribuíam panfletos ou carregavam faixas com frases como: "quem ama não humilha e não maltrata" e "quem ama não mata". Ao chegarmos em um praça localizada no centro da cidade, o nome das mulheres assassinadas lidos eram megafone enquanto um tambor ressoava solenemente. Também fazia parte estratégias de ação, a elaboração de cartas com reivindicações dirigidas aos governos municipal e estadual exigindo melhorias nos equipamentos de proteção, medidas de prevenção e maior celeridade na apuração dos casos, exigindo-se justiça.

Longe de equiparar a transgressão promovida pela Marcha das Vadias acredito que há atualmente no Fórum de Mulheres a construção de regimes de visibilidade nas ruas que busca se afastar do frame vitimário. Se no inicios dos anos 2000 a principal estratégia de ação do Fórum eras as vigílias, atualmente o FMPE investe grandes esforços e recursos em sua batucada feminista. A batucada possui uma diversidade de instrumentos de percussão que são tocados pelas próprias integrantes do Fórum durante atos, manifestações e eventos. Durante as "apresentações" são entoadas palavras de desordem amplamente conhecidas como: "Legalize! O corpo é nosso! É nossa escolha! É pela vida das mulheres!" como também paródias de funks, samba reage e cirandas. Eu mesma faço parte da batucada e aprendi a tocar alfaia (um grande tambor feito de madeira e pele animal) durante os ensaios e oficinas de percussão promovidos integrantes do Fórum que já tinham alguma experiência com instrumentos percussivos. Em todas as reuniões do Fórum a batucada é celebrada como a grande renovação nas estratégias de atuação do Fórum, sendo inclusive, uma das fontes de renovação geracional do mesmo. Haja vista várias novas integrantes jovens se aproximarem primeiro da batucada do que das reuniões ou outras atividades promovidas pelo Fórum. Não por acaso, a maioria das mulheres jovens do Fórum também fazem parte da batucada.

Como dito anteriormente, não pretendo afirmar que a batucada feminista do FMPE possa ser enquadrada no mesmo *frame* 



transgressor da Marcha das Vadias, mas que o Fórum, conhecido por lançar mão das estratégias mais tradicionais dos movimentos feministas parece estar permeável as diversas das críticas feitas ao "feminismo tradicional" ou institucionalizado e também está aprendendo a fazer feminismo com as novas gerações.

## Referências Bibliográficas

AGLIO, Daniele; MACHADO, Paula. Entre rachas e tretas. A disputa do sujeito político na Marcha das Vadias de Porto alegre. In: 13° Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero. Florianópolis. 2017.

ALVAREZ, Sonia "Feminismos latinoamericanos". *Revista Estudos Feministas* 6(2), 1998, pp. 265-284.

\_\_\_\_\_. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2014.

BONETTI, Aline. L. Não basta ser mulher, tem que ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2007.

CAMARGO, Michele. "Manifeste-se, faça um zine!": uma etnografia sobre "zines de papel" feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). *Cadernos Pagu*, Campinas, n.36, p.155-186, jan./junho 2011.

CARMO, Íris do. O Rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo.

Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação — São Paulo, 1970. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 66, p.63-69, 1988.

CUENTRO, Cecília. "Bicha a senhora é maravilhosa!" Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas?*: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as *minas do rock* em São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.36, p. 117-153, jan./junho 2011.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, Fortaleza, p. 161-193, 2013.

GOMES, Carla.; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Soc. Estado*, Brasília, vol.29 n. 02, 2014.

GOMES, Carla. Corpo, emoção e identidade no campo contemporâneo brasileiro: A Marcha das vadias do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.



GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.04, n.07, jan./jun. 2016.

HEMMINGS, Clarie. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 17, n. 1, p. 215-240, 2009.

LIMA, Sthepanie. "Coletivo", "Ativista" e "Horizontal": uma análise das categorias em no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura*, n.1, v.13 Rio de Janeiro, 2018.

MARIANO, Silvana. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 13, n.3, p. 483-505, dez. 2005.

MARTELLO. Laura. Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latino-americano (2011-2014). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.26, n.52, p.249-272, 2006.

PISCITELLI. Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 36. Buenos Aires: 2012, pp. 11 – 31.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 02. São Paulo: 2015, pp. 35 – 39.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. *Estudos Feministas*. Florianópolis. n.3, v. 2, p. 36-50, 2003.

SARTRI, Cinthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. Florianópolis: 2004, v.12, n.2, p.35-50.

SOARES, Suamy. A experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: as vozes que se insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres. In: 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero. Florianópolis. 2017.

TELES, Amélia. A. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ZANETTI, Julia. Jovens Feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.36, p. 47-75, jan./junho 2001.